v3.2025

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR

(COMPRA DE BENS)

COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS – COTEP Nº 1501561-071/2026		
PROCESSO DE COMPRA:	1501561 000071/2026	
CONTRATANTE:	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG	
OBJETO:	Compra de ferramentas e materiais para construção, sob forma de entrega integral.	
VALOR ESTIMADO:	R$ 55.934,05 (cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos)	
CRITÉRIO DE JULGAMENTO:	MENOR PREÇO	
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS:	SIM	
LOCAL:	Portal de Compras do Estado de Minas Gerais - http://compras.mg.gov.br/	
DATA DA SESSÃO DE LANCES	**HORÁRIO DA ABERTURA**	**HORÁRIO DO FECHAMENTO**
09/12/2026	**08:00 horas**	**14:00 horas**

SUMÁRIO

1. PREÂMBULO
2. OBJETO
3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO
4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP
5. DA ETAPA DE LANCES
6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
7. DA HABILITAÇÃO
8. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO
9. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
10. DA CONTRATAÇÃO
11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
12. DISPOSIÇÕES GERAIS

1. PREÂMBULO

Torna-se público que o ESTADO DE MINAS GERAIS, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, realizará contratação direta na modalidade dispensa de licitação por valor, na forma eletrônica (Cotação Eletrônica de Preços - COTEP), do tipo menor preço, fornecimento integral, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Resolução SEPLAG nº 34, de 24 de março de 2023, e demais legislações aplicáveis.

2. OBJETO

2.1. A presente COTEP tem por objeto a compra de ferramentas e materiais para construção, sob forma de entrega integral, conforme especificações e condições constantes neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos.

2.2. Havendo mais de um lote, faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Ressalta-se que ao optar por participar do lote, a proposta deverá contemplar todos os itens que o compõe.

2.3. Em caso de divergência entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras MG e as especificações técnicas constantes no Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos, o fornecedor participante deverá obedecer a este último.

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. A participação nesta COTEP se dará exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

3.1.1. As orientações aos fornecedores para participação na Cotação Eletrônica de Preços – COTEP são apresentadas no Manual COTEP MG - NLLC - Versão Fornecedor, disponível no Portal de Compras MG.

3.2. A aplicação dos benefícios previstos nos arts. 49, inciso IV, e 48, inciso I da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro 2006 c/c o art. 14, inciso III, do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018, ocorrerá de acordo com o estabelecido no Anexo I - Termo de Referência.

3.2.1. A obtenção do benefício a que se refere o subitem anterior:

3.2.1.1. não se aplica no caso de contratação direta para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.1.2. fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização do procedimento, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

3.2.2. Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, deverá ser considerado o valor anual do contrato na aplicação dos limites previstos nos subitens 3.2.1.1 e 3.2.1.2.

3.3. Para fins do disposto neste Aviso, o enquadramento dos beneficiários indicados no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018 se dará da seguinte forma:

3.3.1. microempresa ou empresa de pequeno porte, conforme definido nos incisos I e II do caput e § 4º do art. 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.3.2. agricultor familiar, conforme definido na Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

3.3.3. produtor rural pessoa física, conforme disposto na Lei Federal nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

3.3.4. microempreendedor individual, conforme definido no § 1º do art. 18-A da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

3.3.5. sociedade cooperativa, conforme definido no art. 34 da Lei Federal nº 11.488, de 15 de junho de 2007, e no art. 4º da Lei Federal nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.

3.4. **Poderão participar** desta COTEP os fornecedores cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação direta, e que estejam regularmente credenciados no Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEF do Estado de Minas Gerais, nos termos do Decreto Estadual nº 47.524, de 6 de novembro de 2018 e Resolução SEPLAG nº 93, de 28 de novembro de 2018.

3.4.1. A inscrição no CAGEF deve ser realizada no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis antes da data da abertura da COTEP, por meio do site www.compras.mg.gov.br - Acesso a informações - Manuais - Fornecedor.

3.4.2. Cada fornecedor deverá inscrever, no mínimo, um representante para atuar em seu nome no sistema, sendo vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de um fornecedor na presente COTEP.

3.4.3. O representante receberá uma senha eletrônica de acesso, de caráter pessoal e intransferível, ficando excluída da responsabilidade do provedor ou do órgão/entidade promotor da COTEP por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4.4. É dever do representante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no CAGEF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.5. A inscrição junto ao provedor do sistema implica a presunção da capacidade técnica do fornecedor e do seu representante para realização das transações inerentes à COTEP.

3.4.6. O fornecedor se responsabiliza:

3.4.6.1. por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Portal de Compras MG, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão ou entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

3.4.6.2. pelo acompanhamento das operações no sistema, admitindo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.5. O fornecedor que desejar obter os benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, disciplinados no Decreto Estadual nº. 47.437, de 2018 e pela Resolução Conjunta SEPLAG/SEF/JUCEMG nº 9.576, de 6 de julho de 2016, deverá comprovar a condição de beneficiário no momento da sua inscrição ou quando da atualização de seus dados cadastrais no CAGEF, desde que ocorram em momento anterior ao cadastro da proposta comercial.

3.5.1. Não havendo comprovação, no CAGEF, da condição de beneficiário até o momento do registro de proposta, o fornecedor não fará jus aos benefícios listados no Decreto Estadual nº 47.437, de 26 de junho de 2018.

3.6. Para informações relativas ao cadastro junto ao Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Minas Gerais - CAGEF, consulte o link: https://compras.mg.gov.br/fornecedores/cadastro-geral-de-fornecedores-cagef/ ou entre contato por meio do e-mail cadastro.fornecedores@planejamento.mg.gov.br. Para dúvidas sobre acesso e navegação no Portal de Compras, participação em licitações entre contato pelo site: https://compras.mg.gov.br/canais-de-atendimento/fale-conosco/.

3.7. **Não poderão participar desta COTEP** as empresas que:

3.7.1. Não atendam às condições deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos;

3.7.2. Enquadrem-se como empresa estrangeira que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.7.3. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

3.7.4. Que se enquadrem nas seguintes situações:

3.7.4.1. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.7.4.1.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7.4.2. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.7.4.3. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da COTEP, impossibilitada de participar da licitação ou contratação direta em decorrência de sanção que lhe foi imposta, conforme legislação vigente;

3.7.4.3.1. O impedimento de que trata o subitem anterior será também aplicado ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor.

3.7.4.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.7.4.5. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei Federal nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.7.4.6. Empresas que tenham como proprietários controladores ou diretores membros dos poderes legislativos da União, Estados ou Municípios ou que nelas exerçam funções remuneradas, conforme art. 54, II, “a”, c/c art. 29, IX, ambos da Constituição da República;

3.7.4.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.7.4.8. Sociedades cooperativas.

4. DO CADASTRAMENTO DA PROPOSTA E INGRESSO NA COTEP

4.1. Após a divulgação do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, os fornecedores cadastrarão, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, a proposta contendo o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio, informando, obrigatoriamente no sistema:

4.1.1. a marca; e

4.1.2. o valor unitário e o valor total de cada lote.

4.2. Os fornecedores poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema até a data e horário marcados para a abertura da sessão pública.

4.3. Os preços ofertados, tanto na fase do lançamento da proposta no sistema, quanto na sessão de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, e deverão:

4.3.1. ser apresentados em moeda corrente nacional, em algarismos com duas casas decimais após a vírgula.

4.3.2. incluir todos os tributos, encargos sociais, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o fornecimento do objeto, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente do fornecedor, inclusive os custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos eventuais termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

4.4. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.5. O cadastramento das propostas implica obrigatoriedade no cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Anexo I -Termo de Referência, assumindo o fornecedor o compromisso de cumprir o objeto nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, quando for o caso.

4.6. No momento do cadastramento da proposta, o fornecedor deverá, também, assinalar em campo próprio do Portal de Compras MG, as seguintes declarações:

4.6.1. que manifesta ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concorda com suas condições, declara que a sua proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos, nos termos do art. 63, §1º, da Lei Federal nº. 14.133, de 2021,para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1.988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo e atendo aos requisitos de habilitação neles estabelecidos.

4.6.2. que inexiste fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade Contratante, conforme disposto na alínea “a” do inciso II do art. 9º da Resolução Seplag nº 34/2024;

4.6.3. que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7° da Constituição Federal de 1.988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

4.6.4. que se responsabiliza pelas transações que forem efetuadas no sistema em seu nome, assumindo-as como firmes e verdadeiras;

4.6.5. No caso de fornecedor beneficiário (ME/EPP/Equiparadas) indicado no caput do art. 3º do Decreto Estadual nº 47.437, de 2018, também deverá ser declarado:

4.6.5.1. que não ultrapassou o limite de faturamento definido no art. 4º da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e que cumpre os

requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49.

4.6.5.2. que caso possua restrição no(s) documento(s) de regularidade fiscal, assume o compromisso de promover a regularização caso venha a formular o lance vencedor, cumprindo plenamente os demais requisitos de habilitação.

4.6.6. No caso de profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

4.6.6.1. que participa da contratação direta sob a forma de cooperativa e atende ao disposto no art. 16 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

4.7. A falsidade das declarações mencionadas no item anterior sujeitará o fornecedor às sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de outras penalidades aplicáveis.

4.8. Os fornecedores estabelecidos no Estado de Minas Gerais **que usufruem do benefício de isenção do ICMS**, conforme dispõe o Decreto Estadual nº 48.589, de 22 de março de 2023, deverão informar na(s) proposta(s) que será(ão) preenchida(s) diretamente no Portal de Compras, o(s) preço(s) resultante(s) da dedução do ICMS, conforme Resolução Conjunta SEPLAG/SEF nº 3.458, de 22 de julho de 2003 e alterações.

4.8.1. As fases de classificação das propostas, da etapa de lances, do julgamento dos preços, da adjudicação e da homologação serão realizadas a partir dos preços dos quais foram deduzidos os valores relativos ao ICMS.

4.8.2. O disposto nos subitens 4.8 e 4.8.1 não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo regime do Simples Nacional.

5. DA ETAPA DE LANCES

5.1. Na data e horário estabelecidos neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, a sessão pública será automaticamente aberta para o envio de lances públicos e sucessivos, sendo encerrada no horário de finalização de lances, também já previsto neste Aviso.

5.2. Iniciada a fase competitiva, os fornecedores poderão encaminhar lances públicos e sucessivos exclusivamente por meio do Portal de Compras MG.

5.3. O fornecedor será imediatamente informado do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro.

5.4. O lance deverá ser ofertado pelo valor global do lote.

5.4.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores, quando for o caso.

5.4.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta, será de R$ 10,00 (dez reais).

5.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.6. Durante a sessão pública os fornecedores serão informados em tempo real do valor do melhor lance registrado, bem como poderão visualizar todas as mensagens trocadas no “chat” do sistema, sendo vedada a identificação do fornecedor.

5.7. Os lances serão ordenados pelo sistema e divulgados em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

5.8. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5.9. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.10. Na hipótese de haver lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no Portal de Compras MG.

5.10.1. Na hipótese de não serem enviados lances, e haver empate entre duas ou mais propostas, será realizado sorteio para classificação das propostas empatadas.

5.11. Na hipótese de o sistema eletrônico se desconectar no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos fornecedores, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

5.12. Quando a desconexão do sistema eletrônico persistir por tempo superior a 10 minutos para a DCCONT/SCLIC/SUBCOMP/SEPLAG, a sessão pública será suspensa, após a finalização do envio dos lances, e reiniciada somente decorridas 24 horas após a comunicação do fato aos participantes no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1. Encerrada a fase de lances, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação do fornecedor melhor classificado, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura compra, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

CONSULTA AOS CADASTROS	FORNECEDOR PESSOA JURÍDICA - CNPJ	FORNECEDOR PESSOA FÍSICA - CPF	SÓCIO MAJORITÁRIO*- CPF e/ou CNPJ
CADIN – Cadastro Informativo de Inadimplência em relação à Administração Pública do Estado de Minas Gerais acessível pelo site http://consultapublica.fazenda.mg.gov.br/ConsultaPublicaCADIN/consultaSituacaoPublica.do;	SIM	SIM	NÃO
CAFIMP – Cadastro de Fornecedores Impedidos acessível pelo site https://www.cagef.mg.gov.br/fornecedor-web/br/gov/prodemge/seplag/fornecedor/publico/index.zul	SIM	SIM	NÃO
Consulta da situação eleitoral, acessível pelo site https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/titulo-e-local-de-votacao/copy_of_consulta-por-nome	NÃO	SIM	NÃO

Certidão de fornecedores Inidôneos TCU, acessível pelo site https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:111970551082228::::P3_TIPO:CPF	NÃO (Consultas já integram a certidão consolidada do TCU)	SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) mantidos pela Controladoria-Geral da União (CGU), acessível pelo site https://certidoes.cgu.gov.br/		SIM	NÃO
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acessível pelo site https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php?validar=form.		SIM	SIM
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (Integra 4 certidões: (1) fornecedores Inidôneos, (2) CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, (3) CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas e (4) CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas . Acesso disponível no site https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/	SIM	NÃO	NÃO
Nota: *A consulta ao cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) será realizada em nome do fornecedor melhor classificado e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.			

6.2. Caso conste na consulta a existência de ocorrências impeditivas indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas consultadas.

6.2.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será desclassificado, por falta de condição de participação.

6.3. Havendo necessidade, o responsável pelo procedimento poderá suspender a sessão posteriormente à conclusão da etapa de lances, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

6.4. Verificadas as condições de participação, a Administração examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor em seus anexos, considerando os valores unitários e totais de referência de cada item do lote.

6.4.1. Ao avaliar a proposta enviada, o agente responsável pelo procedimento deve observar as seguintes regras:

a) o preço unitário de item, no valor ajustado ao fim da sessão de lances, não pode ser majorado;

b) a homologação em grupo de diversos itens não autoriza a majoração do preço unitário de um deles;

c) a manutenção ou a redução do valor total do grupo de itens não autoriza a majoração do preço unitário de qualquer dos itens com preço já consolidado na sessão de lances.

6.5. Poderá haver a negociação de condições mais vantajosas com o primeiro colocado, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG e de forma pública e transparente. O(s) valor(es) da negociação deverá(ão) ser registrado(s) em campo próprio do referido sistema.

6.6. Quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, tiver a sua proposta desclassificada em razão de sua oferta permanecer acima do preço máximo definido para a compra, a negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, exclusivamente por meio do Portal de Compras MG, respeitada a ordem de classificação.

6.7. Estando o preço compatível, será solicitado ao fornecedor classificado em primeiro lugar o envio da sua proposta comercial assinada e adequada ao(s) último(s) valor(es) ofertado(s) ou, quando não ocorrerem lances, contendo o(s) preço(s) inicialmente ofertado(s), devendo ser observado o modelo apresentado no Anexo II – Proposta Comercial, e o disposto a seguir.

6.7.1. A proposta deverá conter a descrição do objeto ofertado, a marca e modelo do produto (quando for o caso), e o preço unitário e total, devidamente atualizado.

6.7.2. O prazo de validade da proposta é o disposto no Anexo I - Termo de Referência.

6.7.3. Os arquivos referentes à proposta comercial deverão ser assinados eletronicamente.

6.7.3.1. Para assinatura eletrônica, poderá ser utilizado o Portal Gov.br. A realização da assinatura digital importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica, tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

6.7.4. Caso a proposta e os documentos que a acompanham sejam assinados por mandatário, deverão ser encaminhados, também, a procuração e cópia da carteira de identidade do mandatário subscritor.

6.8. O fornecedor mineiro, não optante pelo Simples Nacional, deverá informar na proposta comercial o preço resultante da dedução do ICMS e o preço com ICMS.

6.8.1. O disposto no subitem anterior não se aplica aos contribuintes mineiros optantes pelo Simples Nacional, devendo estes anexar à sua proposta comercial a ficha de inscrição estadual, na qual conste a opção pelo Simples Nacional, podendo o responsável pelo procedimento, na sua falta, consultar a opção por este regime através do site: http://www8.receita.fazenda.gov.br/SimplesNacional/.

6.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita da área técnica especializada no objeto.

6.10. Será desclassificada a proposta classificada em 1º lugar que:

6.10.1. contiver vícios insanáveis;

6.10.2. descumprir as especificações técnicas pormenorizadas contidas neste Aviso de Dispensa por Valor, no Anexo I - Termo de

Referência e demais anexos;

6.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo global e unitário definido para a contratação;

6.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e/ou

6.10.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Aviso de Dispensa por Valor e/ou do Anexo I - Termo de Referência e demais anexos, desde que insanáveis.

6.11. Será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

6.11.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da compra, por apresentar preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.11.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

6.12. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, deverão ser efetuadas diligências, para que o fornecedor comprove a exequibilidade da proposta.

6.13. As planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, do detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas – BDI e dos Encargos Sociais – ES deverão ser encaminhadas pelo sistema com os respectivos valores readequados à proposta vencedora.

6.14. Erros ou falhas no preenchimento da proposta não constituem motivo para a desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço, como disposto no item 6.4.1.

6.14.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.15. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.16. **Da apresentação de amostras e/ou Prova de Conceito:**

6.16.1. Não haverá apresentação de amostras/prova de conceito no presente certame.

6.17. Encerrada a análise quanto ao julgamento e aceitabilidade da proposta, o responsável pelo procedimento realizará a verificação da habilitação do fornecedor classificado em primeiro lugar.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. O responsável pelo procedimento iniciará a análise dos documentos de habilitação do fornecedor classificado em 1º lugar, sendo exigidos somente aqueles elencados no Anexo I - Termo de Referência.

7.2. A verificação dos documentos será realizada por meio de consulta ao Cagef, assegurado aos demais participantes o direito de acesso aos dados constantes do sistema.

7.3. O fornecedor deverá manter atualizadas as comprovações constantes do Certificado de Registro Cadastral - CRC para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública.

7.4. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares aos já apresentados para a habilitação, na forma estabelecida no subitem 7.2, ou de documentos não constantes do Cagef, o fornecedor melhor classificado será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, sob pena de inabilitação, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, por meio de solicitação do fornecedor, devidamente justificada, ou de ofício, a critério do Agente de Contratação.

7.4.1. A não regularização dos documentos constates do CRC no prazo do subitem anterior implicará a inabilitação do fornecedor, salvo se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

7.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.5.1. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.5.2. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.6. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Dispensa Licitação por Valor e seus anexos.

7.7. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

7.8. Constatado o pleno atendimento às exigências deste instrumento convocatório, o fornecedor será habilitado.

8. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO

8.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento de contratação direta, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados, pelos critérios e na forma de que trata o art. 71, incisos II e III e §4º, da Lei 14.133, de 2021.

8.2. Nos casos de anulação e revogação, deverá ser assegurada a prévia manifestação dos interessados (art. 71, § 3º, Lei Federal n° 14.133, de 2021).

8.3. O motivo determinante para a revogação do processo contratação direta deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

8.4. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

8.5. Caberá recurso no prazo de 3 dias úteis contados a partir da data da anulação ou revogação da contratação direta, observado, no que couber, o disposto nos arts. 165 e 168 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

8.6. Na hipótese da ilegalidade de que trata oitem 8.1ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

9.1. Encerradas as etapas de julgamento e de habilitação, o processo será encaminhado à autoridade competente para adjudicação do objeto e homologação do procedimento, observado, no que couber, o disposto no art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

9.2. Ao homologar o procedimento, as informações serão enviadas ao PNCP automaticamente, e ficarão disponíveis para consulta no Portal de Compras MG.

9.2.1. A ata ficará disponível no Portal de Compras MG, bem como será apensada aos autos do processo de contratação.

10. DA CONTRATAÇÃO

10.1. Após a homologação, caso se conclua pela contratação, o fornecedor vencedor será convocado para assinar o termo de contrato ou aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento da comunicação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções dispostas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e outras penalidades aplicáveis.

10.1.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

10.1.2. Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente decorrentes desta contratação direta, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.

10.1.3. O adjudicatário deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação para firmar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato ou do instrumento equivalente.

10.1.4. Será facultado à Administração, quando o convocado não apresentar situação regular no momento de assinar o contrato, não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os fornecedores remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente, nas condições propostas pelo fornecedor vencedor.

10.1.5. Na hipótese de nenhum dos fornecedores aceitar a contratação nos termos do item 10.1.4, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do Aviso, poderá:

10.1.5.1. convocar os fornecedores remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço ou inferior ao desconto do adjudicatário;

10.1.5.2. adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

10.1.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou da entidade promotora da contratação direta.

10.1.7. A regra do item 10.1.6 não se aplicará aos fornecedores remanescentes convocados na forma do item 10.1.5.1.

10.2. As condições de apresentação de Garantia da Execução são aquelas previstas no Anexo I - Termo de Referência.

10.3. O aceite ou retirada da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.3.1. O instrumento equivalente está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021;

10.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos;

10.4. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e concordam com os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma lei.

10.5. O prazo de vigência da contratação encontra-se previsto no Anexo I - Termo de Referência.

10.6. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no Aviso Dispensa por Valor sem convocação para a contratação, ficarão os fornecedores liberados dos compromissos assumidos.

10.7. O instrumento de contratação, e demais atos firmados com a Administração, serão assinados de maneira eletrônica, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG.

10.7.1. Para a assinatura eletrônica, caso ainda não possua cadastro, o(s) fornecedor(es) interessado(s) deverá(ão) acessar o Sistema Eletrônico de Informações do Governo do Estado de Minas Gerais - SEI/MG, por meio do link www.sei.mg.gov.br/usuarioexterno, e clicar em "Clique aqui se você ainda não está cadastrado".

10.7.2. Dúvidas com relação ao cadastro no SEI podem ser encaminhadas para o e-mail comprascentrais@planejamento.mg.gov.br.

10.7.3. A realização do cadastro como UsuárioExterno no SEI/MG importará na aceitação de todos os termos e condições que regem o processo eletrônico, conforme Decreto Estadual nº 47.222, de 26 de julho de 2017, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login/senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas e das informações prestadas, as quais serão passíveis de apuração civil, penal e administrativa.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções administrativas incidentes estão estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Este Aviso de Dispensa por Valor deverá ser lido e interpretado na íntegra, e após encaminhamento da proposta não serão aceitas alegações de desconhecimento.

12.2. O procedimento será divulgado no Portal de Compras MG e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

12.3. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

12.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Aviso de Dispensa por Valor, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, e consideram-se os dias úteis. Só se iniciam e expiram os prazos em dia de expediente na Administração.

12.5. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

12.6. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

12.7. É facultado ao Agente de Contratação ou à Autoridade Superior, em qualquer fase do julgamento, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.

12.8. As normas disciplinadoras deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da compra.

12.9. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado desta contratação direta.

12.10. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

12.11. Fica eleito o foro da Comarca de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, para dirimir eventuais conflitos de interesses decorrentes desta contratação direta, valendo esta cláusula como renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

12.12. Os interessados poderão examinar ou retirar gratuitamente o presente Aviso de Dispensa de Licitação por Valor e seus anexos no site www.compras.mg.gov.br e www.gov.br/pncp/pt-br.

12.13. Integram este Aviso de Dispensa de Licitação por Valor, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA.

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS.

Alisson Maurílio Rodrigues Santos
Superintendente Central de Licitações e Contratações
Subsecretaria de Compras Públicas
Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

Documento assinado eletronicamente por **Alisson Maurilio Rodrigues Santos**, **Superintendente.**, em 26/11/2026, às 11:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **154549046** e o código CRC **4B3076EA**.

v2.2025.02

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA PARA COMPRA DE BENS

DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE SOLICITANTE	NÚMERO DA UNIDADE DE COMPRA
23/11/2026	SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO	1501561

RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO	SUPERINTENDÊNCIA OU DIRETORIA OU UNIDADE ADMINISTRATIVA
Nome: Ana Luiza Ferreira dos Santos E-mail: ana.ferreira.santos@planejamento.mg.gov.br	Superintendência de Logística

SUMÁRIO

1 - OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO
2 - FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
4 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
5 - CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO
6 - MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO
7 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR
8 - HABILITAÇÃO
9 - OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES
10 - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO
12 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. OBJETO E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de ferramentas e materiais para construção, sob forma de entrega integral, nos termos da tabela abaixo e conforme condições e exigências estabelecidas neste documento.

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	1801660	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: BICO RETO; MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIUM; TAMANHO NOMINAL: 8 POLEGADAS; CABO: COM ISONALEMTO 1.000V;		UNIDADE	1		R$ 43,00	R$ 43,00

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	2	1564994	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: BOMBA D'AGUA; MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; TAMANHO NOMINAL: 10 POLEGADAS; CABO: REVESTIMENTO ESPECIAL ISOLACAO ELETRICA 1000V;		UNIDADE	2		R$ 32,12	R$ 64,24
	3	1809830	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: UNIVERSAL; MATERIA-PRIMA: ACO VANADIO; TAMANHO NOMINAL: 8 POL / 217 MM; ABERTURA 6,5 MM; MORDENTE: 43 MM; CABO: POLIMERO / ISOLACAO 1000 VOLTS;		UNIDADE	5		R$ 38,71	R$ 193,55
	4	337587	ALICATE DE CORTE - CORTE: DIAGONAL; MEDIDA NOMINAL: 8 POLEGADAS; MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; REVESTIMENTO: CABO REVESTIDO EM MATERIAL ISOLANTE;		UNIDADE	4		R$ 34,08	R$ 136,32
	5	337471	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: REBITADOR; BICO EXTENDIDO; COM 4 BICOS; MATERIA-PRIMA: ACO TEMPERADO; PARA REBITES TIPO POP; TAMANHO NOMINAL: 30CM; P/REBITES DE 1/8, 3/32, 5/32 E 3/16 POLEGADA; CABO: REVESTIDO EM BORRACHA;		UNIDADE	4		R$ 47,52	R$ 190,08

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	6	000331392	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: BICO MEIA CANA; MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; TAMANHO NOMINAL: 6 POLEGADAS; CABO: REVESTIDO EM MATERIAL ISOLANTE	ALICATE DE BICO MEIA CANA RETO; CORPO EM AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO; MANDÍBULAS ALONGADAS PARA ACESSO A LOCAIS DE DIFÍCIL ALCANCE; ÁREA DE CORTE PARA FIOS E CABOS; CABOS COM ISOLAMENTO ELÉTRICO PARA TENSÃO DE ATÉ 1000 V; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 6 POLEGADAS	UNIDADE	3		R$ 32,12	R$ 96,36
	7	000572020	ALICATE CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE - TIPO: PRESSAO; MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; TAMANHO NOMINAL: 10 POLEGADAS; CABO: REVESTIDO EM PLASTICO	ALICATE DE PRESSÃO; CORPO EM AÇO RESISTENTE; MORDENTES AJUSTÁVEIS COM SISTEMA DE TRAVAMENTO POR PRESSÃO; REGULAGEM POR PARAFUSO; MECANISMO DE LIBERAÇÃO RÁPIDA; ADEQUADO PARA PRENDER, FIXAR E SEGURAR PEÇAS DE DIFERENTES FORMATOS; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 10 POLEGADAS	UNIDADE	4		R$ 38,66	R$ 154,64
	8	000165743	ALICATE DE CORTE - CORTE: DIAGONAL; MEDIDA NOMINAL: 6 POLEGADAS; MATERIA-PRIMA: ACO; REVESTIMENTO: CABO REVESTIDO EM MATERIAL ISOLANTE	ALICATE DE CORTE DIAGONAL; CORPO EM AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO; ARESTAS DE CORTE PARA FIOS E CABOS; CABOS COM ISOLAMENTO ELÉTRICO PARA TENSÃO DE ATÉ 1000 V; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 6 POLEGADAS	UNIDADE	3		R$ 27,08	R$ 81,24
	9	001300997	ALICATES CUJA FUNCAO PRINCIPAL NAO SEJA O CORTE-TIPO: UNIVERSAL; MATERIA-PRIMA: ACO VANADIUM; TAMANHO NOMINAL: 8" POLEGADAS; CABO: COM ISOLAMENTO	ALICATE UNIVERSAL; CORPO EM AÇO CARBONO FORJADO E TEMPERADO; ARESTAS DE CORTE PARA FIOS E CABOS; MANDÍBULAS SERRILHADAS PARA AGARRE; CABOS COM ISOLAMENTO ELÉTRICO PARA TENSÃO DE ATÉ 1000 V; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 8 POLEGADAS	UNIDADE	4		R$ 32,39	R$ 129,56

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	10	1775243	ALICATE CRIMPADOR - CONECTORES: TERMINAL ILHOS TUBULAR 0,5 ATE 16MM; CATRACA: COM CATRACA E REGULAGEM DE PRESSAO ;		UNIDADE	5		R$ 150,54	R$ 752,70
								TOTAL	**R$ 1.841,69**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	1	732540	SILICONE - ASPECTO: PASTA, BRANCA; FINALIDADE: VEDACAO COM ACABAMENTO; NA EMBALAGEM DEVERA CONSTAR A DATA DA FABRICACAO, DA VALIDADE E NÚMERO DO LOTE.		TUBO 280G	7		R$ 26,88	R$ 188,16
	2	72729	FITA PARA VEDACAO - MATERIA-PRIMA: POLITETRAFLUORETILENO; LARGURA: 18MM;		ROLO 10 METROS	25		R$ 2,55	R$ 63,75
	3	1629247	OLEO EM SPRAY - CONDICAO: LUBRIFICANTE; COMPOSICAO: SILICONE;		FRASCO 300 ML	14		R$ 17,98	R$ 251,72
	4	1867563	GRAXA LUBRIFICANTE - IDENTIFICACAO: MISTURA DE OLEOS DE BASE C/ADITIVOS E SABOES LITIO; APLICACAO: LUBRIFICACAO DE ENGRENAGENS DE ROCADEIRAS STIHL; ASPECTO:PASTOSO COR CASTANHO		BISNAGA 80G	4		R$ 32,19	R$ 128,76
								TOTAL	**R$ 632,39**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	1803760	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO ; CABECA: FLANGEADA, FENDA PHILIPS; ROSCA: AUTO BROCANTE; MEDIDAS: 4.2 X 24.70 MM		CAIXA 500 UNIDADES	4		R$ 74,55	R$ 298,20

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	2	1533436	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO BICROMATIZADO; MEDIDAS: 4,0 X 16MM; CABECA: CHATA PHILIPS, ROSCA ATARRAXANTE - PONTA AGULHA		CAIXA 500 UNIDADES	5		R$ 18,48	R$ 92,40
	3	1737422	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO BICROMATIZADO; CABECA: CHATA PHILIPS; ROSCA: AUTO BROCANTE, PARA DRYWALL; MEDIDAS: 3,5 x 25		CAIXA 500 UNIDADES	1		R$ 24,25	R$ 24,25
	4	1538250	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO; CABECA: CORNETA, PONTA AGULHA, FENDA PHILIPS; ROSCA: SOBERBA; MEDIDAS: 3,5 X 25MM		CAIXA 500 UNIDADES	6		R$ 50,17	R$ 301,02
	5	1538268	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO COM ACABAMENTO FOSFATIZADO; CABECA: CORNETA, PONTA AGULHA, FENDA PHILIPS; ROSCA: SOBERBA; MEDIDAS: 3,5 X 35MM;		CAIXA 500 UNIDADES	3		R$ 57,45	R$ 172,35
	6	1350595	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO GALVANIZADO; CABECA: CHATA; ROSCA: SOBERBA; MEDIDAS: 4,2 X 16MM; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	2		R$ 115,00	R$ 230,00
	7	1831070	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO; CABECA: FLANGEADA / PHILLIPS; ROSCA: AUTO ATARRACHANTE; MEDIDAS: 4,2 MILIMETROS X 35 MILIMETROS; PONTA AUTOBROCANTE		CAIXA 500 UNIDADES	4		R$ 137,90	R$ 551,60

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3	8	1833642	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO; CABECA: TROMBETA, FENDA PHILLIPS, PONTA BROCA ; ROSCA: AUTO ATARRAXANTE; MEDIDAS: 3,5 X 35 MM - PONTA AUTOBROCANTE		CAIXA 500 UNIDADES	2		R$ 93,03	R$ 186,06
	9	1737236	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: GALVANIZADO; CABECA: CHATA PHILIPS; ROSCA: AUTO BROCANTE; MEDIDAS: 4,8 x 50 MM		CAIXA 500 UNIDADES	1		R$ 60,52	R$ 60,52
	10	127655	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO ZINCADO; MEDIDAS: 4,2 X 25MM; CABECA: CHATA PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	4		R$ 42,52	R$ 170,08
	11	899798	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO ZINCADO; MEDIDAS: 4,5 X 45MM; CABECA: CHATA; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	2		R$ 31,50	R$ 63,00
	12	431443	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; MEDIDAS: 3,5 X 16MM; CABECA: CHATA; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	3		R$ 25,00	R$ 75,00
	13	723347	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; MEDIDAS: 3,8 X 40MM; CABECA: CHATA; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	3		R$ 26,98	R$ 80,94
	14	431338	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; MEDIDAS: 4,2 X 55MM; CABECA: CHATA PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	2		R$ 74,52	R$ 149,04

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	15	149047	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; MEDIDAS: 4,8 X 45MM; CABECA: CHATA; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	3		R$ 154,01	R$ 462,03
	16	522120	PARAFUSO PARA MADEIRA - MATERIA-PRIMA: FERRO GALVANIZADO; MEDIDAS: 4,8 X 50MM; CABECA: CHATA; PONTA AGULHA E FENDA PHILIPS		CAIXA 500 UNIDADES	2		R$ 117,15	R$ 234,30
	17	2009641	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA PRIMA: FERRO GALVANIZADO; CABEÇA CHATA E FENDA PHILIPS ROSCA: SOBERBA; MEDIDAS: 6 X 25 MM		CAIXA 500 UNIDADES	6		R$ 57,04	R$ 342,24
	18	1467425	PARAFUSO COM FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO BICROMATIZADO; CABECA: CHATA PHILIPS; ROSCA: ATARRACHANTE PARA MDF; MEDIDAS: 4,5 X 30 MM;		CAIXA 500 UNIDADES	1		R$ 42,47	R$ 42,47
								TOTAL	**R$ 3.535,50**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	000377341	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: CHAVE INGLESA; MATERIA-PRIMA: ACO CROMADO; TAMANHO NOMINAL: 250MM; ABERTURA: 29MM	CHAVE AJUSTÁVEL 10 POLEGADAS (TIPO CHAVE INGLESA); CORPO EM AÇO CARBONO; MORDENTES REGULÁVEIS POR MEIO DE PARAFUSO DE AJUSTE; ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (FOSFATIZADO OU EQUIVALENTE)	UNIDADE	3		R$ 54,00	R$ 162,00
	2	000377350	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: CHAVE INGLESA; MATERIA-PRIMA: ACO CROMADO; TAMANHO NOMINAL: 300MM; ABERTURA: 34MM; CABO: ACO	CHAVE AJUSTÁVEL 12 POLEGADAS (TIPO CHAVE INGLESA); CORPO EM AÇO CARBONO; MORDENTES REGULÁVEIS POR MEIO DE PARAFUSO DE AJUSTE; ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (FOSFATIZADO OU EQUIVALENTE)	UNIDADE	3		R$ 67,99	R$ 203,97

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
4	3	000604658	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: CHAVE INGLESA; MATERIA-PRIMA: ACO-LIGA, CABECA LIXADA; TAMANHO NOMINAL: 8 POLEGADAS; ABERTURA: 23MM	CHAVE AJUSTÁVEL 8 POLEGADAS (TIPO CHAVE INGLESA); CORPO EM AÇO CARBONO; MORDENTES REGULÁVEIS POR MEIO DE PARAFUSO DE AJUSTE; ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (FOSFATIZADO OU EQUIVALENTE)	UNIDADE	3		R$ 131,97	R$ 395,91
	4	000377368	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: CHAVE INGLESA; MATERIA-PRIMA: ACO CROMADO; TAMANHO NOMINAL: 380MM; ABERTURA: 43MM	CHAVE AJUSTÁVEL 15 POLEGADAS (TIPO CHAVE INGLESA); CORPO EM AÇO CARBONO; MORDENTES REGULÁVEIS POR MEIO DE PARAFUSO DE AJUSTE; ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (FOSFATIZADO OU EQUIVALENTE)	UNIDADE	2		R$ 86,42	R$ 172,84
	5	1894170	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: GRIFO; MATERIA-PRIMA: CABECA EM ACO ALTA RESISTENCIA; TAMANHO NOMINAL: 12 POLEGADAS; ABERTURA: 60 MM; CABO: FERRO NODULAR	CHAVE GRIFO TIPO AMERICANO; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 12 POLEGADAS (300 MM); MORDENTES EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM DENTES TEMPERADOS; SISTEMA DE AJUSTE POR ENGRENAGEM HELICOIDAL; FERRAMENTA DESTINADA A USO PROFISSIONAL	UNIDADE	2		R$ 50,00	R$ 100,00
	6	1661418	CHAVE AJUSTAVEL - TIPO: GRIFO; MATERIA-PRIMA: CABEÇA EM AÇO ALTA RESISTÊNCIA; TAMANHO NOMINAL: 18 POLEGADAS; ABERTURA: 76 MM; CABO: FERRO NODULAR	CHAVE GRIFO TIPO AMERICANO; COMPRIMENTO MÍNIMO DE 18 POLEGADAS (450 MM); MORDENTES EM AÇO DE ALTA RESISTÊNCIA COM DENTES TEMPERADOS; SISTEMA DE AJUSTE POR ENGRENAGEM HELICOIDAL; FERRAMENTA DESTINADA A USO PROFISSIONAL	UNIDADE	2		R$ 189,90	R$ 379,80
	7	788813	CHAVE BIELA - MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; ENCAIXE: SEXTAVADO; MEDIDAS: 10MM;		UNIDADE	10		R$ 28,00	R$ 280,00
								TOTAL	**R$ 1.694,52**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
5	1	1771035	MARTELO - TIPO: DE UNHA, PESCOCO OCTOGONAL; TAMANHO/PESO: 29MM / CABO TUBULAR DE 330MM (13 POLEGADAS); MATERIA-PRIMA: ACO ESPECIAL;		UNIDADE	5		R$ 74,68	R$ 373,40
	2	000332291	COLHER DE PEDREIRO - TIPO: TRIANGULAR; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; MEDIDAS: 7 POLEGADAS; CABO: MADEIRA COM BATENTE METALICO	COLHER DE PEDREIRO; LÂMINA EM AÇO CARBONO; PEÇA INTEIRIÇA OU COM FIXAÇÃO RESISTENTE ENTRE LÂMINA E HASTE; CABO EM MATERIAL RESISTENTE (MADEIRA OU EQUIVALENTE); TAMANHO APROXIMADO DE 7 POLEGADAS	UNIDADE	4		R$ 20,90	R$ 83,60
	3	000524905	ESPATULA FERRAMENTAL - MATERIA PRIMA: ACO; MEDIDA: 4 POLEGADAS; APLICACAO: PEDREIRO/PINTURA	ESPÁTULA TIPO BETUMADEIRA; LÂMINA EM AÇO INOXIDÁVEL; LÂMINA FLEXÍVEL COM BORDA LISA; CABO EM MATERIAL RESISTENTE QUE PERMITA FIRMEZA NO MANUSEIO; LARGURA APROXIMADA DE 4 POLEGADAS	UNIDADE	8		R$ 11,89	R$ 95,12
	4	000070742	MARRETA - FORMATO: OITAVADO, COM CUNHA; MATERIA-PRIMA: ACO FORJADO SAE 1045, COM CABO EM MADEIRA MARFIM; PESO: 1KG	MARRETA OITAVADA; CABEÇA EM AÇO FORJADO E TEMPERADO; FACES DE IMPACTO PLANAS; CABO EM MATERIAL RESISTENTE (MADEIRA, FIBRA OU EQUIVALENTE); SISTEMA DE FIXAÇÃO DA CABEÇA AO CABO POR CUNHA OU SIMILAR QUE GARANTA FIRMEZA; ACABAMENTO COM PROTEÇÃO ANTICORROSIVA	UNIDADE	3		R$ 45,32	R$ 135,96
	5	000662127	MARTELO - TIPO: UNHA; TAMANHO/PESO: 20MM; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO	MARTELO TIPO UNHA; CABEÇA EM AÇO CARBONO; UNHA TRASEIRA PARA EXTRAÇÃO DE PREGOS; CABO EM MATERIAL RESISTENTE COM PROPRIEDADE DE ABSORÇÃO DE IMPACTO (FIBRA DE VIDRO OU EQUIVALENTE); EMPUNHADURA COM REVESTIMENTO ANTIDERRAPANTE	UNIDADE	4		R$ 37,82	R$ 151,28

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	6	001914049	PONTEIRA EM ACO - TIPO: PONTEIRO EM ACO LISO, REDONDO; MEDIDAS: 12 POLEGADAS	PONTEIRA MANUAL; CORPO EM AÇO CARBONO TEMPERADO; SEÇÃO DA HASTE EM FORMATO CILÍNDRICO OU SEXTAVADO; EXTREMIDADE DE TRABALHO PONTIAGUDA; PONTA E CABEÇA TRATADAS PARA RESISTÊNCIA AO IMPACTO E DESGASTE; DIMENSÕES APROXIMADAS DE 3/4 POLEGADA DE DIÂMETRO POR 12 POLEGADAS DE COMPRIMENTO; USO MANUAL COM AUXÍLIO DE MARRETA	UNIDADE	5		R$ 33,57	R$ 167,85
	7	001540998	ARCO DE SERRA - MATERIA PRIMA: ACO TEMPERADO; SERRA: 12 POLEGADAS DE ALTA TENSAO	ARCO DE SERRA MANUAL PARA METAL; ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE; COMPATÍVEL COM LÂMINA PADRÃO DE 12 POLEGADAS; SISTEMA DE FIXAÇÃO E TENSIONAMENTO DA LÂMINA; FORNECIDO COM, NO MÍNIMO, 1 LÂMINA DE SERRA COMPATÍVEL, PREFERENCIALMENTE BIMETÁLICA	UNIDADE	3		R$ 43,90	R$ 131,70
	8	1058495	ARCO DE SERRA - MATERIA PRIMA: ACO CHATO, COM CABO METALICO FECHADO; SERRA: 10 A 12 POLEGADAS		UNIDADE	1		R$ 40,30	R$ 40,30
								TOTAL	**R$ 1.179,21**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	000932566	TALHADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO SAE 1045/1050; TIPO: SEXTAVADO; MEDIDAS: 3/4 X 12 POLEGADAS; EMPUNHADURA: SEM EMPUNHADURA	TALHADEIRA MANUAL; CORPO EM AÇO CARBONO TEMPERADO; SEÇÃO CILÍNDRICA (HASTE REDONDA); EXTREMIDADE DE CORTE PLANA (TIPO CHATA); PONTA E CABEÇA TRATADAS PARA RESISTÊNCIA AO IMPACTO E DESGASTE	UNIDADE	5		R$ 38,00	R$190,00
	2	1911317	DESEMPENADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO; NUMERO/MEDIDAS: 255 MM x 120 MM, APROXIMADAMENTE; TIPO: DENTADA; FINALIDADE: ARGAMASSA;		UNIDADE	2		R$ 13,30	R$ 26,60
6									

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	3	001177222	DESEMPENADEIRA - MATERIA-PRIMA: ACO; NUMERO/MEDIDAS: 270MM X 110MM; TIPO: LISA; FINALIDADE: MASSA CORRIDA	DESEMPENADEIRA; LÂMINA LISA EM AÇO INOXIDÁVEL RESISTENTE À CORROSÃO; BASE PLANA PARA ACABAMENTO UNIFORME SEM MARCAS; CABO ERGONÔMICO EM MATERIAL RESISTENTE, COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO OU SIMILAR; DIMENSÕES APROXIMADAS COMPATÍVEIS COM USO MANUAL PROFISSIONAL	UNIDADE	6		R$ 19,10	R$ 114,60
								TOTAL	**R$ 331,20**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
7	1	001879197	PA DE MULTIAPLICACAO - TIPO: QUADRADA; MATERIA-PRIMA: ACO FORJADO 1,8 MM; MEDIDAS APROXIMADAS: 255 X 305 MM / NUMERO 3; CABO: MADEIRA 74 CM APROXIMADAMENTE EM Y	PÁ DE CONSTRUÇÃO, TIPO QUADRADA; LÂMINA EM AÇO CARBONO RESISTENTE; CABO EM MATERIAL RESISTENTE DE MADEIRA, DEVIDAMENTE FIXADO; TERMINAÇÃO DO CABO Y EM AÇO CARBONO; DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM USO MANUAL	UNIDADE	3		R$ 58,07	R$ 174,21
	2	000107883	ENXADA DE MULTIAPLICACAO - TIPO: LARGA, PINTURA ELETROSTATICA A PO NA COR PRETA; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO ALTA QUALIDADE, TEMPERADO; MEDIDAS APROXIMADAS: 256 X 220 MM; DIAMETRO DO OLHO APROXIMADA: 38 MM; CABO: EM MADEIRA DE APROXIMADAMENTE 1,50 M	ENXADA LARGA; LÂMINA EM AÇO CARBONO RESISTENTE; LÂMINA TEMPERADA; CABO EM MADEIRA, DEVIDAMENTE FIXADO; DIMENSÕES COMPATÍVEIS COM FERRAMENTAS DE USO MANUAL	UNIDADE	3		R$ 69,66	R$ 208,98
	3	001071041	CARRINHO DE MAO - MATERIA-PRIMA: CHAPA DE ACO 20; CAPACIDADE: CACAMBA PARA 60 LITROS; NUMERO RODAS: 01 RODA DE BORRACHA MACICA	CARRINHO DE MÃO; ESTRUTURA METÁLICA RESISTENTE; CAÇAMBA METÁLICA REFORÇADA; CAPACIDADE MÍNIMA DE 60 LITROS; CHASSI COM SUPORTES REFORÇADOS; UMA RODA DIANTEIRA COM PNEU MACIÇO; ALÇAS PARA CONDUÇÃO	UNIDADE	2		R$ 314,71	R$ 629,42
								TOTAL	**R$ 1.012,61**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	1467956	JOGO DE BROCAS - MATERIA PRIMA: ACO RAPIDO; TIPO: HELICOIDAL; NUMERO DE BROCAS: 16; TIPO DA PONTA: 3 PONTAS E VIDEA PARA FURAR METAIS; UNIDADE DE MEDIDA: MM; MADEIRA, CONCRETO/ ALVENARIA. METAL: 2,3,4,5,6 E 8 MM CONCRETO: 4,5,6,8 E 10MM, MADEIRA: 4,5,6,8 E 10 MM		JOGO	8		R$ 33,15	R$ 265,20
	2	1405500	JOGO DE CHAVE DE FENDA E PHILIPS - QUANTIDADE CHAVES: 06 CHAVES; CARACTERISTICAS-1: HASTES EM CROMO VANADIO E PONTAS IMANTADAS; CARACTERISTICAS-2: 3 CHAVES DE FENDA: 1/8X3", 3/16X4" E 1/4X6"; CARACTERISTICAS-3: 3 CHAVES PHILIPS: 1/8X3, 3/16X4 E 1/4X5"; COMPONENTE: CANETA FERRAMENTA COM 4 PONTEIRAS;		UNIDADE	4		R$ 72,10	R$ 288,40
	3	1480103	JOGO DE PONTAS PARA PARAFUSADEIRA - NUMERO DE PECAS: 29 PECAS; TIPO DA PONTA: PHILIPS, FENDA, QUADRADA E TORX; MATERIA-PRIMA: ACO RESISTENTE;		JOGO	8		R$ 173,87	R$ 1.390,96

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
8	4	001675664	JOGO DE CHAVES DE FENDA - MATERIA-PRIMA: ACO VANADIO, HASTE NIQUELADA E CROMADA; NUMERO DE CHAVES: 5 CHAVES; PONTAS: POLEGADAS	JOGO DE CHAVES DE FENDA; COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 5 PEÇAS; HASTES EM AÇO RESISTENTE TEMPERADO; PONTAS COMPATÍVEIS COM PARAFUSOS DE FENDA SIMPLES (RETA), COM TRATAMENTO QUE PROPORCIONE MAIOR DURABILIDADE E ADERÊNCIA (FOSFATIZADA OU EQUIVALENTE); CABOS EM MATERIAL RESISTENTE, COM FORMATO QUE PERMITA FIRMEZA NO MANUSEIO; DIMENSÕES VARIADAS, CONTEMPLANDO DIFERENTES COMPRIMENTOS E LARGURAS DE PONTA (MEDIDAS APROXIMADAS: 1/8X3 A 5/16X6 POLEGADAS)	UNIDADE	2		R$ 89,08	R$ 178,16
	5	000224855	JOGO DE CHAVES FIXAS - MATERIA-PRIMA: ACO CROMO VANADIO; NUMERO DE CHAVES: 12 PECAS; UNIDADE DE MEDIA: MILIMETRO	JOGO DE CHAVES FIXAS; COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 12 PEÇAS; CHAVES DE DUAS BOCAS FIXAS; CORPO EM AÇO RESISTENTE TEMPERADO; ACABAMENTO COM TRATAMENTO ANTICORROSIVO (CROMADO OU EQUIVALENTE); DIMENSÕES VARIADAS, ABRANGENDO DIFERENTES BITOLAS MÉTRICAS PARA APERTO E DESAPERTO DE PORCAS E PARAFUSOS (MEDIDAS APROXIMADAS: 6 A 32 MM)	UNIDADE	2		R$ 117,61	R$ 235,22

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	6	001675575	JOGO DE CHAVES PHILIPS - MATERIA-PRIMA: ACO VANADIO, HASTE NIQUELADA E CROMADA; NUMERO DE CHAVES: 5 CHAVES; UNIDADE DE MEDIDA: POLEGADAS, 1/8 X 3 POL. A 5/16 X 6 POL	JOGO DE CHAVES TIPO PHILLIPS (PONTA CRUZADA); COMPOSTO POR, NO MÍNIMO, 5 PEÇAS; HASTES EM AÇO RESISTENTE TEMPERADO; CABOS EM MATERIAL RESISTENTE, COM FORMATO QUE PERMITA FIRMEZA NO MANUSEIO; DIMENSÕES VARIADAS, CONTEMPLANDO DIFERENTES COMPRIMENTOS E BITOLAS (MEDIDAS APROXIMADAS: 1/8X3 A 5/16X6 POLEGADAS)	JOGO	3		R$ 59,80	R$ 179,40
								TOTAL	**R$ 2.537,34**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
9	1	932574	DOBRADICA - MATERIA-PRIMA: METAL; ACABAMENTO: NIQUELADO; TIPO: RETA, PARA PORTAS DE ATE 2M DE ALTURA; MEDIDAS: CANECO DE 35MM COM DISTANCIA ENTRE FUROS DE45MM;		UNIDADE	100		R$ 3,58	R$ 358,00
	2	1148443	BOTAO PARA ESPELHO - IDENTIFICACAO: BOTAO FRANCES ESTRIADO; COMPOSICAO: BOTAO FEMEA ALTURA 19MM E PARAFUSO MACHO 8MM LARG.; MATERIA-PRIMA: DE PLASTICO		UNIDADE	100		R$ 4,87	R$ 487,00
	3	2051524	GRAMPOS PARA ACOLCHOAMENTO - MATERIA-PRIMA: ACO; PCW: 50 X 12		CAIXA 21.850 UNIDADES	4		R$ 237,66	R$ 950,64
								TOTAL	**R$ 1.795,64**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
10	1	1519441	FURADEIRA - TIPO: IMPACTO; REVERSIVEL: REVERSIVEL; MANDRIL: 1/2 POLEGADA; CAPACIDADE DE PERFURACAO: 13MM ACO X 40MM MADEIRA X 16MM CONCRETO; ROTACAO DA BROCA: 0 A 3200 RPM; POTENCIA MINIMA: 1000WATTS - 127 VOLTS; COM MALETA		UNIDADE	8		R$ 369,41	R$ 2.955,28
	2	2042770	PARAFUSADEIRA - TIPO: PISTOLA; FUNCIONAMENTO: DE EMBREAGEM; REVERSIBILIDADE: REVERSIVEL; PARAFUSO: 10MM DE DIAMETRO; MANDRIL: 1/2 POLEGADA; CAPACIDADE PERFURACAO: 12MM PARA ALUMINIO, 6MM PARA ACO,26MM PARA MADEIRA; TORQUE: COM AJUSTE PARA 5 VALORES DIFERENTES; ROTACAO: 550 RPM; ALIMENTACAO DE ENERGIA: CABO ELÉTRICO		UNIDADE	10		R$ 329,90	R$ 3.299,00
	3	835544	FURADEIRA - TIPO: DE IMPACTO; REVERSIVEL: REVERSIVEL; MANDRIL: 1/2 POLEGADA; CAPACIDADE DE PERFURACAO: 16MM CONCRETO X 30MM MADEIRA X 13MM ACO; ROTACAO DA BROCA: 2100 A 4200 RPM; POTENCIA MINIMA: 550 WATTS X 127 VOLTS;		UNIDADE	1		R$ 292,39	R$ 292,39
	4	1611437	FURADEIRA/PARAFUSADEIRA MANUAL - IDENTIFICACAO: PARAFUSADEIRA/FURADEIRA 3/8" 110 VOLTS; FUNCIONAMENTO: BATERIA RECARREGAVEL /VELOC. VARIAVEL E REVERSIVEL; TORQUE: 25 NM.; ROTACAO: 0 A 400 / 0 A 1.500 RPM	PARAFUSADEIRA/FURADEIRA DE IMPACTO PORTÁTIL; TIPO PISTOLA; FUNCIONAMENTO A BATERIA RECARREGÁVEL DE ÍONS DE LÍTIO 20 V; MANDRIL DE APERTO RÁPIDO COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 3/8” (10 MM); SISTEMA REVERSÍVEL; VELOCIDADE VARIÁVEL COM NO MÍNIMO 2 FAIXAS DE ROTAÇÃO; ROTAÇÃO MÍNIMA DE 0 A 400 RPM E MÁXIMA DE 1.400 RPM; INDICADA PARA APERTAR E SOLTAR PARAFUSOS E REALIZAR PERFURAÇÕES EM MADEIRA, METAL E ALVENARIA/CONCRETO; CABO COM REVESTIMENTO EMBORRACHADO; ACOMPANHA NO MÍNIMO: 01 BATERIA RECARREGÁVEL, 01 CARREGADOR BIVOLT AUTOMÁTICO 100 V~ A 240 V~, 01 MALETA PARA TRANSPORTE E ORGANIZAÇÃO, JOGO DE BROCAS E BITS	UNIDADE	1		R$ 240,00	R$ 240,00
								TOTAL	R$ 6.786,67

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
11	1	422967	TRENA DE PRECISAO - CONSUMO - ATE 50 METROS - MATERIA-PRIMA: ACO; CAPACIDADE DE MEDIDA: 10 METROS; ESCALA: EM MM; ACESSORIOS: COM CERTIFICADO DE CALIBRACAO RBC;		UNIDADE	8		R$ 37,77	R$ 302,16
	2	1357760	TRENA ELETRONICA - APLICACAO: PARA MEDICOES PRECISAS EM INTERIORES E EXTERIORES; ALCANCE: ENTRE 0,05M E 70M; PRECISAO: MAIS OU MENOS 1,5 MM; ALIMENTACAO: 4 PILHAS AAA DE 1,5 VOLTS;		UNIDADE	1		R$ 358,20	R$ 358,20
	3	1478966	MULTIMETRO - TIPO: DIGITAL; FUNCOES-1: TENSAO DC (40MILIV-1000V); TENSAO AC (400MILIV-750V); FUNCOES-2: CORRENTE AC E CORRENTE DC (40 MILIAMP A 10 AMP); FUNCOES-3:		UNIDADE	3		R$ 199,00	R$ 597,00
								TOTAL	**R$ 1.257,36**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	93459	RABICHO HIDRAULICO - MATERIA-PRIMA: METAL CROMADO; TIPO: FLEXIVEL; BITOLA: 1/2 POLEGADA; MEDIDAS: 40CM;		UNIDADE	25		R$ 7,09	R$ 177,25

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
12	2	1164830	MECANISMO DE ENTRADA PARA CAIXA ACOPLADA - TIPO: TIPO UNIVERSAL COM ANTIRRETORNO; MATERIA-PRIMA: EM PVC; ENCAIXE: DE ROSCA DE 1/2 POLEGADA; AJUSTE: COM PARAFUSO PARA REGULAGEM DO NIVEL DE AGUA; PRESSAO: 0,25 A 6,0 BAR;		UNIDADE	20		R$ 33,02	R$ 660,40
	3	1519867	ACIONAMENTO PARA CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA - IDENTIFICACAO: ACIONADOR PARA CAIXA DE DESCARGA; REFERENCIA/LINHA: ASTRA/UNIVERSAL		UNIDADE	25		R$ 134,80	R$ 3.370,00
	4	1517198	BOIA PARA CAIXA ACOPLADA - MODELO: KFB125 ASTRA;		UNIDADE	20		R$ 31,99	R$ 639,80
	5	1657402	TORNEIRA - MATERIA-PRIMA: METAL CROMADO; BITOLA: 1/2 POLEGADA; TIPO: COZINHA, PAREDE, BICA LONGA FIXA;		UNIDADE	4		R$ 112,69	R$ 450,76
								TOTAL	**R$ 5.298,21**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
13	1	1537792	BUCHA PARA FIXACAO - TIPO: S8H X 80R; MATERIA-PRIMA: NYLON; MEDIDAS: 8MM DIAMETRO X 80MM COMPRIMENTO;		CAIXA 100 UNIDADES	3		R$ 98,18	R$ 294,54
	2	1945955	BUCHA PARA TORNEIRAS - MATERIA-PRIMA: SILICONE; APLICACAO: TORNEIRA DE 1/2 POLEGADA;		UNIDADE	100		R$ 1,04	R$ 104,00
	3	1848593	BUCHA PARA FIXAÇÃO TIPO SEM ABA; MATÉRIA PRIMA NYLON; MEDIDAS NÚMERO 6		PACOTE 1000 UNIDADES	2		R$ 54,10	R$ 108,20
	4	1830260	BUCHA PARA FIXAÇÃO - TIPO FU; MATÉRIA PRIMA/NYLON COM ABA; MEDIDAS 8X50MM		PACOTE 1000 UNIDADES	2		R$ 66,56	R$ 133,12

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	5	2042592	CONECTOR ELETRICO - TIPO: TORCAO; TENSAO NOMINAL: 300 VOLTS; CORRENTE NOMINAL: 15 AMPERES; NÚMERO E BITOLA DOS FIOS: 2,5mm² a 6 mm²		UNIDADE	2.100		R$ 0,33	R$ 693,00
								TOTAL	**R$ 1.332,86**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
14	1	1488910	BROCA - TIPO: VIDEA; MATERIA-PRIMA: ACO COM PONTA DE METAL DURO; DIAMETRO CORTE: 6 MM; COMPRIMENTO: 100 MM; CORTE: CONCRETO;		UNIDADE	6		R$ 20,24	R$ 121,44
	2	1490273	BROCA - TIPO: VIDEA; MATERIA-PRIMA: ACO COM PONTA DE METAL DURO; DIAMETRO CORTE: 8 MM; COMPRIMENTO: 120 MM; CORTE: CONCRETO;		UNIDADE	11		R$ 17,88	R$ 196,68
	3	1539728	BROCA - TIPO: VIDEA, ENCAIXE CILINDRICO; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; DIAMETRO CORTE: 12MM; COMPRIMENTO: 200MM; APLICACAO: ALVENARIA E CONCRETO;		UNIDADE	6		R$ 32,60	R$ 195,60
	4	934810	BROCA - TIPO: HSS; MATERIA-PRIMA: ACO RAPIDO; DIAMETRO CORTE: 6MM; COMPRIMENTO: 120MM; APLICACAO: ACO/FERRO		UNIDADE	5		R$ 8,14	R$ 40,70

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	5	934836	BROCA - TIPO: HSS; MATERIA-PRIMA: ACO RAPIDO; DIAMETRO CORTE: 8MM; COMPRIMENTO: 120MM; APLICACAO: ACO/FERRO		UNIDADE	5		R$ 10,12	R$ 50,60
	6	1539680	BROCA - TIPO: VIDEA, ENCAIXE CILINDRICO; MATERIA-PRIMA: ACO CARBONO; DIAMETRO CORTE: 6MM; COMPRIMENTO: 150MM; APLICACAO: ALVENARIA E CONCRETO		UNIDADE	5		R$ 20,17	R$ 100,85
								TOTAL	**R$ 705,87**

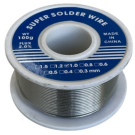
LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	1	1465481	ESQUADRO PARA ARTIFICE - MATERIA PRIMA: ACO; FORMA DO ESQUADRO: L; ANGULOS: 90 GRAUS; MEDIDA: 16 POLEGADAS	ESQUADRO CARPINTEIRO MANUAL PARA VERIFICAÇÃO E TRAÇAGEM DE ÂNGULOS RETOS; FORMATO EM L; ÂNGULO FIXO DE 90°; MATERIAL METÁLICO EM ALUMÍNIO; RÉGUA INTEGRADA PARA MEDIÇÕES LINEARES; COMPRIMENTO APROXIMADO DE 400 MM (16"); LARGURA APROXIMADA DE 350 MM; USO MANUAL	UNIDADE	3		R$ 86,49	R$ 259,47

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	2	1656805	NIVEL DE PRECISAO - MATERIA PRIMA: ALUMINIO; BOLHAS: 3 BOLHAS; TAMANHO: 16 POLEGADAS	NÍVEL MANUAL FABRICADO EM CORPO DE ALUMÍNIO RESISTENTE, LEVE E ANTICORROSIVO, INDICADO PARA USO PROFISSIONAL EM OBRAS, OFICINAS E SERVIÇOS DE CARPINTARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL; PERFIL RETANGULAR EM ALUMÍNIO PINTADO, COM COMPRIMENTO APROXIMADO DE 400 MM; EQUIPADO COM TRÊS BOLHAS ACRÍLICAS DE MEDIÇÃO, PERMITINDO AFERIÇÃO NAS POSIÇÕES HORIZONTAL, VERTICAL E ANGULAR DE ATÉ 45°; PRECISÃO MÍNIMA DE MEDIÇÃO COM DESVIO MÁXIMO DE 1 MM POR METRO (0,057°); RÉGUA INTEGRADA AO CORPO PARA MARCAÇÕES E MEDIÇÕES LINEARES SIMPLES	UNIDADE	3		R$ 64,28	R$ 192,84
								TOTAL	**R$ 452,31**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
16	1	1652923	DISCO DE CORTE - MATERIA-PRIMA: ACO; MEDIDAS: 114,3MM(Ø TOTAL),22,2MM(Ø TOTAL), 6,4MM ESPES.; APLICACAO: CORTE EM INOX E METAL DE CENTRO REPRIMIDO		UNIDADE	50		R$ 1,90	R$ 95,00
	2	1816985	ESMERILHADEIRA - QUANTIDADE REBOLO/DISCO: 01 REBOLO/DISCO; MEDIDAS REBOLO/DISCO: 4 1/2 POLEGADAS; ROTACAO MOTOR: 11.000 RPM; POTÊNCIA MOTOR: 1.100 WATT, 110 VOLTS		UNIDADE	7		R$ 233,08	R$ 1.631,56
								TOTAL	**R$ 1.726,56**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
17	1	1807030	CABO DE REDE - TIPO: UTP; NUMERO DE PARES: 4 PARES; DIAMETRO EXTERNO: NAO APLICAVEL; CONDUTOR: COBRE; COR: AZUL; CATEGORIA: 6;		CAIXA 305M	6		R$ 1.329,99	R$ 7.979,94
	2	1422049	TESTADOR DE CABOS - FUNCAO: VERIFICACAO AUTOMATICA ; DISPLAY: 8 LED PARA CABO UTP; CABO: RJ45, RJ11; ALIMENTACAO: BATERIA DE 9V	TESTADOR DE CABOS DE REDE E TELEFONIA, PORTÁTIL, DESTINADO À VERIFICAÇÃO DE CONTINUIDADE ELÉTRICA, SEQUÊNCIA DE FIOS E IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS EM CABOS DO TIPO PAR TRANÇADO, EQUIPADOS COM CONECTORES RJ11, RJ12 E RJ45; DEVE PERMITIR A DETECÇÃO DE CIRCUITOS ABERTOS, CURTOS-CIRCUITOS E CONEXÕES INCORRETAS, POR MEIO DE INDICAÇÃO VISUAL EM LED, POSSUINDO SELEÇÃO DE VELOCIDADE DE LEITURA; ALIMENTAÇÃO POR BATERIA	UNIDADE	3		R$ 85,25	R$ 255,75
								TOTAL	**R$ 8.235,69**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
18	1	418021	FIO DE SOLDA - COMPOSICAO: CHUMBO E ESTANHO - 63 X 37; DIAMETRO FIO: 1,0MM;		ROLO 125G	1		R$ 117,15	R$ 117,15
	2	380695	FERRO PARA SOLDAGEM, ELETRICO, ATE 100 WATTS - TENSAO: 110 VOLTS; POTENCIA: 60 WATTS;		UNIDADE	2		R$ 61,90	R$ 123,80
								TOTAL	**R$ 240,95**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
19	1	304131	ESCADA DOBRAVEL - NUMERO DE DEGRAUS: 12 DEGRAUS; MATERIA-PRIMA: ALUMINIO; PESO SUPORTADO: 120KG;		UNIDADE	2		R$ 634,90	R$ 1.269,80
	2	002010771	CAIXA PARA GUARDA DE FERRAMENTAS - MATERIA-PRIMA: PLASTICO DE ALTA RESISTENCIA; TIPO (1): BAU COM CAPACIDADE INTERNA ATE 12 KG; TIPO (2): COM TRAVA; BANDEJA REMOVIVEL; DIMENSOES: 500 MM X 240 MM X 240 MM (L X P X A)	MALETA MULTIUSO PARA FERRAMENTAS; CORPO EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTA RESISTÊNCIA; TAMPA COM SISTEMA DE FECHAMENTO POR TRAVAS EM AÇO; ALÇA PARA TRANSPORTE; COMPARTIMENTOS INTERNOS PARA ORGANIZAÇÃO (BANDEJA INTERNA REMOVÍVEL OU DIVISÓRIAS); DIMENSÕES APROXIMADAS, COM COMPRIMENTO MÍNIMO DE 45 CM, COMPATÍVEIS COM CAIXAS DE FERRAMENTAS DE MÉDIO A GRANDE PORTE	UNIDADE	2		R$ 70,77	R$ 141,54
								TOTAL	**R$ 1.411,34**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
20	1	1997009	BATE MACAS - TIPO: PROTETOR DE PAREDE FLEXIVEL; MATERIA-PRIMA: PVC; LARGURA: CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO; COR: CONFORME SOLICITACAO DO ORGAO;		METRO	200		R$ 51,00	R$ 10.200,00
								TOTAL	**R$ 10.200,00**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	1	1103628	CORDA - MATERIA-PRIMA: POLIESTER; DIAMETRO: 8MM; TIPO: MULTIFILAMENTO, TRANCADA;		ROLO 30M	2		R$ 188,90	R$ 377,80

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
21	2	1836870	MANGUEIRA FLEXIVEL - MATERIA-PRIMA: PVC, FLEXIVEL COM ENGATE ROSQUEADO E ESGUICHO; DIAMETRO: 1/2 POL; PRESSAO TRABALHO: ALTA PRESSAO; APLICACAO: AGUA, PROFISSIONAL, JARDIM, DOMESTICA;		ROLO 30M	1		R$ 170,53	R$ 170,53
								TOTAL	**R$ 548,33**

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	COMPLEMENTAÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	IMAGEM ILUSTRATIVA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
22	1	781479	ESPUMA DENSIDADES DIVERSAS - FINALIDADE: ALCOCHOAMENTO; TIPO: POLIURETANO; DENSIDADE: D28; ESPESSURA: 30MM DE ESPESSURA; BASE: POLIESTERES;		ROLO 5M	5		R$ 635,56	R$ 3.177,80
								TOTAL	**R$ 3.177,80**

1.2. **Caracterização do Objeto:**

1.2.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo bem de luxo, conforme Decreto n. 48.586, de 17 de março de 2023.

1.3. **Lotes Exclusivos para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:**

1.3.1. Compra com lote(s) exclusivo(s) para fornecedores qualificados como microempresa, empresa de pequeno porte ou equiparados, aptos a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido disposto no art. 48, inciso I, e art. 49, inciso IV, da Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006 c/c no art. 8º Decreto n. 47.437, de 26 de junho de 2018.

1.4. **Da Contratação:**

1.4.1. Não será necessário firmar instrumento de contrato, conforme disposto no art. 95, incisos I e II, da Lei Federal n. 14.133, de 2021, sendo este substituído por autorização de fornecimento.

1.4.2. O contrato (ou outro instrumento que o substitua) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. **Descrição da Solução:**

1.5.1. Aquisição de materiais permanentes e de consumo em geral, abrangendo ferramentas e insumos, conforme especificações constantes no item 1.1 deste Termo de Referência, com a finalidade de suprir as demandas operacionais relacionados aos serviços de alteração de layout, manutenção de mobiliários e reparos gerais nas áreas internas e externas da Cidade Administrativa, da Superintendência Central de Perícia Médica e Ocupacional (SCPMSO) e da Bolsa de Materiais.

1.5.2. A solução proposta contempla conjunto de itens necessários à execução das atividades cotidianas de manutenção, incluindo ferramentas manuais e elétricas, instrumentos de medição, acessórios e materiais de consumo para montagem, fixação, perfuração, corte, ajuste, vedação e lubrificação.

1.5.3. Os itens fornecidos deverão observar rigorosamente as características estabelecidas na tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Cidade Administrativa Presidente Tancredo de Almeida Neves (CA) constitui o principal complexo operacional da Administração Pública de Minas Gerais, caracterizando-se pela complexidade de sua infraestrutura e pelo intenso fluxo diário de usuários. Nesse contexto, é necessário haver manutenção adequada da estrutura mobiliária, visando assegurar a continuidade e eficiência das operações e serviços ali prestados.

2.2. Atualmente não há contrato específico e vigente voltado à prestação de serviços de reparo em mobiliário e execução de remanejamentos e

relayout nas áreas de escritório da CA, os quais são executados por equipe própria da Intendência, com suporte na aquisição de insumos e ferramentas inerentes à essas atividades. As demandas envolvem, de forma constante e recorrente, desmontagem, remanejamento, instalação e ajustes diversos, cuja execução depende da disponibilidade imediata de materiais adequados.

2.3. Dessa forma, para a **Intendência da Cidade Administrativa**, justifica-se a aquisição dos materiais permanentes e de consumo em geral (ferramentas e insumos), tendo em vista suas atribuições, que tem como competência planejar, gerir, normatizar e executar as atividades necessárias à operação do complexo administrativo e ocupação dos seus espaços, promovendo as adequações físicas, operacionais e logísticas. Vale ressaltar, ainda, que estes itens contribuem no trabalho dos funcionários envolvidos nas manutenções cujo objeto é o ambiente de trabalho da CA, refletindo diretamente na qualidade dos serviços prestados.

2.4. No âmbito da **Diretoria de Rede Física e Patrimônio (DRFP)**, a aquisição justifica-se pela necessidade contínua e inadiável de fornecimento de materiais de construção em geral para atender às demandas de manutenção preventiva e corretiva de todos os imóveis sob sua gestão e responsabilidade. O escopo de atendimento abrange a rede física da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) situada fora da Cidade Administrativa. Isso inclui, estrategicamente, as instalações dos **Núcleos Regionais de Perícia Médica e Saúde Ocupacional**, garantindo as condições de infraestrutura, salubridade e segurança indispensáveis para o pleno desenvolvimento das atividades finalísticas e de atendimento ao cidadão, em estrita observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da continuidade do serviço público.

2.5. Ademais, a referida aquisição é um pilar fundamental para o suporte operacional no edifício da **Imprensa Oficial (IOF)**. Cumpre registrar que, embora a unidade esteja atualmente passando por intervenções de manutenção predial terceirizada, o escopo do contrato vigente é delimitado e não abrange a integralidade do complexo. Áreas significativas — a exemplo do segundo e terceiro pavimentos, bem como o prédio frontal, que possui restrições de tombamento histórico — não estão contempladas na atual execução contratual.

2.6. Já a **Bolsa de Materiais,** instituída pelo Decreto Estadual n. 43.053/2002 e atualmente prevista no Decreto Estadual n. 45.242/2009, é administrada pela Superintendência Central de Logística (SCL) da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (Seplag-MG), por meio da Diretoria Central de Materiais e Insumos (DCMAT), e tem por objetivo promover, em conjunto com os órgãos e entidades do Poder Executivo, o remanejamento de materiais permanentes e de consumo que estejam ociosos ou passíveis de recuperação, evitando desperdícios e proporcionando economia aos cofres públicos.

2.7. Como parte de suas atribuições, a Bolsa de Materiais mantém uma oficina destinada à recuperação, manutenção e adequação de bens permanentes recebidos dos diversos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual. As atividades desenvolvidas na oficina possibilitam que diversos bens sejam recuperados e disponibilizados para novo uso, ampliando sua vida útil, reduzindo a necessidade de novas aquisições e contribuindo para a eficiência da gestão patrimonial e para a sustentabilidade da Administração Pública.

2.8. Para a execução dessas atividades, é indispensável a disponibilidade de materiais de consumo e insumos utilizados nos serviços de manutenção e recuperação dos bens, os quais são consumidos rotineiramente durante os reparos e necessitam de reposição periódica para assegurar a continuidade dos trabalhos. A ausência desses materiais compromete a capacidade operacional da oficina, podendo ocasionar atrasos na recuperação dos bens e redução da oferta de materiais reaproveitados aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

2.9. Portanto, a aquisição dos materiais é imprescindível para garantir a continuidade das atividades da oficina da Bolsa de Materiais, assegurando a recuperação dos bens recebidos, a otimização dos recursos públicos, a redução de desperdícios e o fortalecimento das ações de sustentabilidade e economicidade no âmbito da Administração Pública Estadual.

2.10. Assim, os materiais a serem adquiridos visam suprir as lacunas contratuais, permitindo a pronta atuação em novas ocorrências, reparos emergenciais ou adequações estruturais nessas áreas descobertas. A disponibilidade tempestiva desses insumos assegura que a Administração solucione as demandas com agilidade, seja mediante a utilização de mão de obra própria do Estado, seja por meio de contratações pontuais de serviços de engenharia, resguardando a integridade do patrimônio físico estadual e evitando a paralisação das rotinas administrativas.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1. **Da Participação de Consórcio:**

3 . 1 . 1 . Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio, em razão da baixa complexidade do objeto a ser adquirido, considerando que as empresas que atuam no mercado têm condições de fornecer os bens de forma independente

3.2. **Da Participação de Cooperativa:**

3.2.1. Será permitida a participação de sociedades cooperativas, nos termos do art. 16 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

3.3. **Da Subcontratação:**

3.3.1. Não será admitida a subcontratação parcial ou total do objeto contratual.

3.4. **Da Sustentabilidade:**

3.4.1. Devem ser observados os seguintes critérios e práticas de sustentabilidade:

3.4.1.1. Fornecimento de produtos novos, de boa qualidade e com maior vida útil, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, a geração de resíduos.

3.4.1.2. Utilização, sempre que possível, de embalagens recicláveis, reutilizáveis ou com menor volume de material, evitando excessos e reduzindo a geração de resíduos.

3.5. **Da Indicação de Marcas ou Modelos:**

3.5.1. Na presente contratação será exigida a seguinte marca, característica ou modelo, conforme permitido pelo inciso I, art. 41 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, para os lotes/itens:

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA

LOTE	ITEM	CÓD. DO ITEM NO SIAD	DESCRIÇÃO DO ITEM CATMAS	UNIDADE DE AQUISIÇÃO	QUANTIDADE	MARCA
17	1	1807030	CABO DE REDE - TIPO: UTP; NUMERO DE PARES: 4 PARES; DIAMETRO EXTERNO: NAO APLICAVEL; CONDUTOR: COBRE; COR: AZUL; CATEGORIA: 6;	CAIXA 305M	6	FURUKAWA

3.6. **Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:**

3.6.1. Não haverá vedação de marca/modelo na presente contratação.

3.7. **Da Exigência de Carta de Solidariedade:**

3.7.1. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na presente contratação.

3.8. **Da Garantia da Contratação:**

3.8.1. Não será exigida garantia da contratação para este objeto.

3.9. **Da Garantia do Produto, da Manutenção e da Assistência Técnica:**

3.9.1. Será aplicada ao produto/bem somente a garantia legal estabelecida pelo art. 26, da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).

3.10. **Da Vistoria**

3.10.1. Não há necessidade de realização de vistoria prévia ao local de entrega do objeto.

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. **Do Prazo de Entrega:**

4.1.1. O prazo de entrega do objeto é de até 15 (quinze) dias úteis contados do dia útil seguinte ao recebimento da Autorização de Fornecimento ou documento equivalente.

4.1.1.1. O objeto será entregue em remessa única.

4.1.2. Devidamente justificado e antes de finalizado o prazo de entrega, o Contratado poderá solicitar prorrogação do prazo para entrega, ficando a cargo da área demandante, motivadamente, acolher ou rejeitar a solicitação, desde que não haja prejuízo no abastecimento, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior, conforme disposto no inciso V, do art. 137, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

4.2. **Do Local e Horário de Entrega:**

4.2.1. Os materiais deverão ser entregues nos seguintes endereços, em horário comercial, das 9h às 17h, em dias úteis:

4.2.1.1. Cidade Administrativa Presidente Tancredo Neves, localizada na Rod. Papa João Paulo II, n. 4001, Prédio Gerais - 3º andar, Bairro Serra Verde - Belo Horizonte/MG, CEP 31.630-901;

4.2.1.2. Rua Engenheiro Felipe Caldas, n. 510, Bairro Gameleira - Belo Horizonte/MG, CEP 30510-060;

4.2.1.3. Avenida Augusto de Lima, n. 270, Centro - Belo Horizonte/MG, CEP: 30190-001.

4.2.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do Contratado, devendo ser providenciada a mão-de-obra necessária.

5. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

5.1. **Do Recebimento:**

5.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta.

5.1.1.1. Salvo disposição em contrário no contrato, em ato normativo ou neste Termo de Referência, os ensaios, os testes e as demais provas para aferição da boa execução do objeto do contrato exigidos por normas técnicas oficiais correrão por conta do contratado.

5.1.2. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material, bem como o atendimento às exigências contratuais e consequente aceitação, que deverá acontecer, mediante termo detalhado, em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir do recebimento provisório.

5.1.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

5.1.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e na proposta comercial, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.1.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, notificando o Contratado para emissão de nota fiscal no que diz respeito à parcela incontroversa da execução do objeto, para

efeito de liquidação e pagamento.

5.1.6. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal, ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

5.1.7. O recebimento/aprovação do(s) produto(s) pelo Contratante não exclui a responsabilidade civil do Contratado por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas posteriormente, garantindo-se à Administração as faculdades previstas no art. 18 da Lei Federal n. 8.078, de 1990.

5.2. **Da Liquidação:**

5.2.1. A Liquidação será efetuada no prazo de até 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento definitivo do produto e respectivo aceite do Contratante.

5.2.2. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal, ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

5.2.2.1. O vencimento;

5.2.2.2. A data da emissão;

5.2.2.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

5.2.2.4. O período respectivo de execução do objeto;

5.2.2.5. O valor a pagar; e

5.2.2.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.2.3. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

5.2.4. A nota fiscal, ou o instrumento de cobrança equivalente, deverá ser acompanhada da comprovação da regularidade fiscal disposta no art. 68 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

5.3. **Do Pagamento:**

5.3.1. O pagamento será efetuado através do Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI/MG, por meio de ordem bancária emitida por processamento eletrônico, a crédito do beneficiário em um dos bancos que o Contratado indicar, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data final da liquidação a que se referir, com base nos documentos fiscais devidamente conferidos e aprovados pelo Contratante.

5.3.1.1. A Administração deve observar a ordem cronológica nos pagamentos, conforme disposto no art. 141 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

5.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, por culpa exclusiva da Administração, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, de acordo com a variação do IPCA.

5.3.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.3.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.3.3.2. O Contratado deve garantir a manutenção dos requisitos de habilitação previstos neste documento durante toda a contratação.

5.3.3.3. Eventuais situações de irregularidades fiscal ou trabalhista do Contratado não impedem o pagamento se o objeto tiver sido executado e atestado. Tal hipótese ensejará, entretanto, a adoção das providências tendentes ao sancionamento do Contratado e rescisão contratual.

5.3.4. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

6. MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

6.1. **Regras Gerais:**

6.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal n. 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme art. 115 da referida Lei, e artigos 15 e 16 do Decreto n. 48.587, de 17 de março de 2023.

6.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.1.4. Após a assinatura do contrato ou retirada/aceitabilidade de instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

6.1.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais gestores e fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei Federal n. 14.133, de 2021, ou pelos respectivos substitutos, conforme art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, e art. 14 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.1.6. Constatada a ocorrência de descumprimento total ou parcial do contrato, deverão ser observadas as disposições dos art. 155 a 163 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, a fim de apurar a responsabilidade do Contratado e eventualmente aplicar sanções.

6.2. **Da Fiscalização do Contrato:**

6.2.1. O fiscal do contrato prestará apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências, nos termos do inciso I do art. 16 do Decreto nº 48.587, de 2023.

6.2.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, de acordo com o § 1º, art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, e nos termos do inciso II do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.3. O fiscal do contrato emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção, nos termos do inciso III do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.4. O fiscal do contrato informará a seus superiores e ao gestor do contrato, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência, conforme § 2º, art. 117 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, e inciso IV do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.5. O fiscal do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas, nos termos do inciso V, do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.6. O fiscal do contrato fiscalizará a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato, nos termos do inciso VI, do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.7. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual, nos termos do inciso VII, do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.8. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VIII, do art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.2.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui, nem reduz a responsabilidade do Contratado por quaisquer irregularidades, inexecuções ou desconformidades havidas na execução do objeto, aí incluídas imperfeições de natureza técnica ou aquelas provenientes de vício redibitório, como tal definido pela lei civil.

6.3. **Da Gestão do Contrato:**

6.3.1. O gestor do contrato orientará os fiscais de contrato no desempenho de suas atribuições, nos termos do inciso I, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato ou terceiros contratados, das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência, nos termos do inciso II, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais, nos termos do inciso III, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.4. O gestor do contrato coordenará a autuação da rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, nos termos do inciso IV, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.5. O gestor do contrato coordenará os atos preparatórios relativos à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao setor de contratos para formalização da celebração de aditivos, prorrogações, reajustes ou rescisões contratuais, nos termos do inciso V, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.6. O gestor do contrato realizará o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do inciso VI, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.7. O gestor do contrato elaborará o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, nos termos do inciso VII, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

6.3.8. O gestor do contrato tomará as providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso, nos termos do inciso VIII, do art. 15 do Decreto n. 48.587, de 2023.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de Dispensa de Licitação por valor, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, da Lei Federal n. 14.133, de 2021, sob a forma ELETRÔNICA, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO por lote.

7.1.1. O fornecedor somente poderá oferecer lance de valor inferior em relação ao último lance por ele ofertado, observado o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances.

7.1.2. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de R$ 10,00 (dez reais).

7.2. **Dos Critérios da Aceitabilidade da Proposta:**

7.2.1. A proposta terá validade de 30 (trinta) dias corridos contados da data de sua apresentação.

7.2.2. O fornecedor deverá apresentar ficha técnica e/ou portfólio e/ou folder e/ou prospecto que identifique o produto ofertado e todas as suas características tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes às demandadas neste Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

7.3. **Da Amostra:**

7.3.1. Não será exigida a apresentação de amostras nesta contratação.

7.4. **Da Prova de Conceito (PoC):**

7.4.1. Não será exigida a apresentação de prova de conceito nesta contratação.

8. HABILITAÇÃO

8.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

8.1.1. **Habilitação Jurídica:**

8.1.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o

território nacional;

8.1.1.2. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.1.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

8.1.1.4. Sociedade empresária, Sociedade Limitada Unipessoal – SLU ou sociedade identificada como Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n. 77, de 18 de março de 2020.

8.1.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.1.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.1.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n. 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.1.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar - PRONAF – DAP, nos termos do art. 16 do Decreto n. 46.712, de 29 de janeiro de 2015.

8.1.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

8.1.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.1.2. **Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista:**

8.1.2.1. Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

8.1.2.2. Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.1.2.3. Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

I - A prova de regularidade fiscal e seguridade social perante a Fazenda Nacional será efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e à Dívida Ativa da União – DAU por elas administrados, bem como das contribuições previdenciárias e de terceiros.

II - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais e/ou municipais referentes ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.1.2.4. Certificado de Regularidade relativa à seguridade social e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

8.1.2.5. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perantea Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, ou positiva com efeito de negativa, nos termos da Lei Federal n. 12.440, de 7 de julho de 2011, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.1.2.6. Comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista deverá ser efetuada mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeitos de negativas.

8.1.3. **Qualificação Econômico-Financeira:**

8.1.3.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, emitida nos últimos 06 (seis) meses.

8.1.4. **Qualificação Técnico-Operacional e Técnico-Profissional:**

8.1.4.1. Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico-operacional e técnico-profissional.

8.1.5. **Declaração**:

8.1.5.1. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei nos termos do art. 93 da Lei Federal n. 8.213, de 1991 e em outras normas específicas, conforme previsto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

8.1.5.2. Caso o licitante não cumpra os requisitos exigidos em sede de declaração, deverá apresentar justificativa e documentos comprobatórios dos fatos alegados, para fins de análise da Administração.

8.2. **Habilitação de Cooperativas:**

8.2.1. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

I- A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§ 2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

II- A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

III- A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à execução contratual;

IV- O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

V- A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

VI- A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

VII- Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: i) ata de fundação; ii) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; iii) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; iv) editais de convocação das três últimas

assembleias gerais extraordinárias; v) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e vi) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação.

9. OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

9.1. **Do Contratante:**

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o presente Termo de Referência, o contrato ou documento que o substitua e seus anexos.

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, e atestar nas notas fiscais/faturas o efetivo fornecimento do objeto deste Termo de Referência.

9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte os bens entregues, quando em desacordo com as especificações constantes na nota de empenho, no Termo de Referência e/ou na proposta comercial do Contratado, impondo-se a recusa se o bem for defeituoso, tiver prazo de validade vencido, ou outras situações que inviabilizem o recebimento, hipótese em que se promoverá anotação da ocorrência em registro próprio.

9.1.6. Comunicar o Contratado para emissão de nota fiscal pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia parcial sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.1.7. Solicitar o reparo, a correção, a remoção ou a substituição dos materiais em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

9.1.8. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência.

9.1.9. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado durante a execução do contrato ou documento que o substitua.

9.1.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.1.10.1. A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da data do protocolo do requerimento, tratado no item 9.1.10, para decidir e admitir a prorrogação motivada por igual período, conforme art. 123, Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.

9.1.12. Aplicar ao Contratado as sanções legais e regulamentares.

9.1.13. Exigir o cumprimento dos recolhimentos tributários, trabalhistas e previdenciários por meio dos documentos pertinentes.

9.1.14. Disponibilizar local adequado para o fornecimento do objeto.

9.1.15. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. **Do Contratado:**

9.2.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste instrumento e seus anexos, nas quantidades, prazos e condições pactuadas, assumindo exclusivamente os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

9.2.2. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, se for o caso.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor, Lei Federal n. 8.078, de 1990.

9.2.4. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

9.2.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior, conforme Inciso II, art. 137 da Lei Federal Federal n. 14.133, de 2021, e inciso III, art. 16 do Decreto n. 48.587, de 2023, e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

9.2.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução contratual e/ou fornecimento do objeto e/ou dos materiais empregados.

9.2.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

9.2.8. Arcar com os descontos nos pagamentos ou garantia, se for o caso, do valor correspondente aos danos sofridos, devidamente comprovados.

9.2.9. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.2.10. Emitir faturas no valor pactuado, apresentando-as ao Contratante para ateste e pagamento;

9.2.11. Responsabilizar-se pela garantia dos produtos entregues e dos materiais empregados nos itens solicitados, dentro dos padrões adequados de qualidade, segurança, durabilidade e desempenho, conforme previsto na legislação em vigor e na forma exigida neste Termo de Referência.

9.2.12. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

9.2.13. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não onerará o objeto do contrato.

9.2.14. Comunicar ao fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.2.15. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.2.16. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.2.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, conforme art. 116 da Lei Federal n. 14.133, de

2021.

9.2.17.1. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, quando solicitado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas, conforme parágrafo único, art. 116 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.2.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

9.2.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no inciso II, alínea "d", art. 124 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

9.2.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

9.2.21. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste documento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

9.2.22. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei Federal n. 13.709, de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto contratado.

9.2.23. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.2.24. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.2.25. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

10. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei Federal n. 14.133, de 2021, o Contratado ou fornecedor que:

10.1.1. Der causa à inexecução parcial da contratação;

10.1.2. Der causa à inexecução parcial da contratação que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

10.1.3. Der causa à inexecução total da contratação;

10.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

10.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

10.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

10.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante o procedimento e execução do contrato;

10.1.9. Fraudar o procedimento ou praticar ato fraudulento na execução da contratação;

10.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

10.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;

10.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal n. 12.846, de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

10.2.1. **Advertência** - quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 2º, art. 156 da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

10.2.2. **Impedimento de licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 4º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021;

10.2.3. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar** - quando praticadas as condutas descritas nos subitens 10.1.8 a 10.1.12, bem como nos subitens 10.1.2 a 10.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme disposto no § 5º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021).

10.2.4. **Multa**:

10.2.4.1. Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

10.3. As sanções previstas nos subitens 10.2.1, 10.2.2 e 10.2.3 poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa, conforme disposto no § 7º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente, conforme § 8º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.5. A aplicação das sanções previstas neste documento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante, conforme disposto no § 9º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.6. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, conforme disposto no art. 157, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei Federal n. 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.9. Em observância ao disposto no § 1º, art. 156, da Lei Federal n. 14.133, de 2021, na aplicação das sanções serão considerados:

10.9.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

10.9.2. As peculiaridades do caso concreto;

10.9.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.9.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.9.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei Federal n. 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei Federal n. 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos no art. 159 da referida Lei de Licitações.

10.11. A personalidade jurídica do Fornecedor poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste documento ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme disposto no art. 160, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal, conforme art. 161, da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n. 14.133, de 2021.

10.14. Os débitos do Contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de R$ 55.934,05 (cinquenta e cinco mil novecentos e trinta e quatro reais e cinco centavos), conforme custos unitários apostos no quadro constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta da dotação orçamentária do orçamento em vigor, aprovado pela Lei Orçamentária Anual n. 25.698, de 14 de janeiro de 2026.

12.1.1. A contratação será atendida pelas seguintes dotações orçamentárias:

1501 04 122 156 4467 0001 3 3 90 3024 0 10 1
1501 04 122 156 4467 0001 3 3 90 3013 0 10 1
1501 04 122 156 4467 0001 3 3 90 3020 0 10 1
1501 04 122 156 4467 0001 3 3 90 3021 0 10 1
1501 04 122 156 4467 0001 3 3 90 3022 0 10 1
1501 04 122 156 4467 0001 4 4 90 5210 0 10 1
1501 04 122 160 4485 0001 3 3 90 30 22 0 10 1
1501 04 122 160 4485 0001 3 3 90 30 01 0 10 1
1501 04 122 160 4485 0001 3 3 90 30 19 0 10 1
1501 04 122 160 4485 0001 3 3 90 30 18 0 10 1
1501 04 122 160 4485 0001 3 3 90 30 21 0 10 1
1501 04 122 147 4476 0001 3 3 90 30 19 0 10 1
1501 04 122 147 4476 0001 3 3 90 30 22 0 10 1
1501 04 122 147 4476 0001 3 3 90 30 23 0 10 1
1501 04 122 147 4476 0001 4 4 90 52 12 0 10 1
1501 04 122 147 4476 0001 4 4 90 52 10 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 3 3 90 30 19 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 3 3 90 30 22 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 4 4 90 52 10 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 3 3 90 30 23 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 3 3 90 30 24 0 10 1
1501 04 122 705 2500 0001 3 3 90 30 20 0 10 1

Ana Carolina Barbosa Ribeiro
Masp 1.614.266-3
Responsável pela Elaboração

Ana Luiza Ferreira dos Santos
Masp: 75305-2
Responsável pela Solicitação

Bruno Salles Trindade da Cunha
Masp 752.421-8
Responsável pela Aprovação

Documento assinado eletronicamente por **Ana Carolina Barbosa Ribeiro**, **Servidor (a) Público (a)**, em 23/11/2026, às 12:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Ana Luiza Ferreira dos Santos**, **Servidor (a) Público (a)**, em 23/11/2026, às 14:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

Documento assinado eletronicamente por **Bruno Salles Trindade da Cunha**, **Superintendente.**, em 24/11/2026, às 08:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017 .

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **149337014** e o código CRC **7319BF34**.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL PARA COMPRA DE BENS

(a ser preenchida em papel timbrado da proponente)

PROPOSTA COMERCIAL PARA A DISPENSA DE LICITAÇÃO POR VALOR Nº 1501561-___/2026	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	**PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE**
Razão Social:	
CNPJ:	
Endereço:	
Telefone:	
Endereço Eletrônico:	
Nome do Representante Legal:	
CPF do Representante Legal:	
Optante pelo Simples Nacional?	Não (_____) Sim (_____)

<table>
<tr><td rowspan="5">LOTE 1</td><td rowspan="3">ITEM: 01 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.</td><td>VALOR UNITÁRIO COM ICMS</td><td>VALOR UNITÁRIO SEM ICMS</td><td>VALOR TOTAL COM ICMS</td><td>VALOR TOTAL SEM ICMS</td></tr>
<tr><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td></tr>
<tr><td colspan="4">Marca / Modelo:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prazo de Garantia:</td></tr>
<tr><td rowspan="3">ITEM: 02 - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.</td><td>VALOR UNITÁRIO COM ICMS</td><td>VALOR UNITÁRIO SEM ICMS</td><td>VALOR TOTAL COM ICMS</td><td>VALOR TOTAL SEM ICMS</td></tr>
<tr><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td></tr>
<tr><td colspan="4">Marca / Modelo:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prazo de Garantia:</td></tr>
<tr><td rowspan="3">ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.</td><td>VALOR UNITÁRIO COM ICMS</td><td>VALOR UNITÁRIO SEM ICMS</td><td>VALOR TOTAL COM ICMS</td><td>VALOR TOTAL SEM ICMS</td></tr>
<tr><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td></tr>
<tr><td colspan="4">Marca / Modelo:</td></tr>
<tr><td colspan="5">Prazo de Garantia:</td></tr>
<tr><td>VALOR TOTAL DO LOTE</td><td colspan="4">R$</td></tr>
</table>

<table>
<tr><td rowspan="5">LOTE X</td><td rowspan="3">ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.</td><td>VALOR UNITÁRIO COM ICMS</td><td>VALOR UNITÁRIO SEM ICMS</td><td>VALOR TOTAL COM ICMS</td><td>VALOR TOTAL SEM ICMS</td></tr>
<tr><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td></tr>
<tr><td colspan="4">Marca / Modelo:</td></tr>
<tr><td colspan="4">Prazo de Garantia:</td></tr>
<tr><td rowspan="3">ITEM: XX - _____, conforme especificação técnica do item ____ do Anexo I do Aviso de Dispensa de Licitação por Valor.</td><td>VALOR UNITÁRIO COM ICMS</td><td>VALOR UNITÁRIO SEM ICMS</td><td>VALOR TOTAL COM ICMS</td><td>VALOR TOTAL SEM ICMS</td></tr>
<tr><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td><td>R$</td></tr>
<tr><td colspan="4">Marca / Modelo:</td></tr>
<tr><td colspan="4">Prazo de Garantia:</td></tr>
<tr><td>VALOR TOTAL DO LOTE</td><td colspan="4">R$</td></tr>
</table>

Observações:

Prazo de Validade da Proposta:	

Declaro que:

a) serão atendidas todas as condições comerciais estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, deste Aviso de Dispensa de Licitação por Valor;

b) nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto a ser contratado na presente dispensa de licitação por valor e que estou de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos;

c) esta proposta foi elaborada de forma independente pelo proponente, sem que tenha havido troca de informações ou quaisquer interferências de terceiros;

As informações disponibilizadas neste documento estão sujeitas ao previsto na Lei n.º 13.709, de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Data e local.

Assinatura do Representante Legal da Empresa

Referência: Processo nº 1500.01.0423863/2024-87 SEI nº 95088948

Documento assinado eletronicamente por **Isabella Rodrigues Ferreira Conrado**, **Diretor(a).**, em 26/11/2026, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **154549061** e o código CRC **97C94E39**.